



AUTÓGRAFO DE LEI Nº 065/2025 AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 040/2025, de 23 de setembro de 2025, de iniciativa do Poder Legislativo Municipal.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OS) E ASSOCIAÇÕES CONTRATADAS PELO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ A APRESENTAREM RELATÓRIOS DETALHADOS DE DESPESAS POR ITENS DE CONTRATAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ICAPUÍ**, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Plenário aprova e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º As empresas terceirizadas, Organizações Sociais (OS) e Associações que celebrarem contratos, convênios, termos de parceria, contratos de gestão ou instrumentos congêneres com o Município de Icapuí ficam obrigadas a apresentar relatórios de despesas especificados por itens de contratação.

Art. 2º Os relatórios de que trata o art. 1º conterão, no mínimo:

- I – discriminação individualizada das despesas por item contratado, com descrição do bem ou serviço adquirido;
- II – valores unitários e totais de cada despesa;
- III – identificação completa do fornecedor, com indicação do número de CNPJ ou CPF;
- IV – cópias das notas fiscais, recibos ou demais documentos comprobatórios;
- V – consolidação das despesas em demonstrativo mensal.

Art. 3º A apresentação dos relatórios observará os seguintes critérios:

- I – encaminhamento mensal ao órgão contratante, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à execução;
- II – disponibilização em meio físico junto ao órgão competente do Município;
- III – publicação em meio digital no Portal da Transparência do Município, em formato acessível e de fácil compreensão pela população.

Art. 4º O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei acarretará, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação específica e nos instrumentos contratuais, as seguintes penalidades:

- I – advertência formal;
- II – multa, a ser fixada no contrato, convênio ou instrumento congênere, em caso de reincidência;
- III – suspensão temporária da execução do contrato ou convênio;
- IV – impedimento de contratar com o Município de Icapuí pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Art. 5º Compete ao Poder Executivo regulamentar esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, definindo normas complementares para sua execução, fiscalização e aplicação das penalidades.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICAPUI-CE, em 25 de setembro de 2025.

Normando Renato da Silva
Presidente